



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO**

 ARGEMIRO
DORNELLES
NETO
09/03/2022 14:47

**RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021 DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Porto Alegre/RS

Março/2022



Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro - e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, nos seus aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Decreto-Lei nº 200/1967, com o Decreto nº 93.872/1986, com a Lei nº 10.180/2001 e com a Lei Complementar nº 101/2000. Abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. Os valores de terrenos registrados no SIAFI de forma automática pelo SPIUnet, no montante de R\$ 100.752.307,69, que estão sendo somados na conta do Ativo Imobilizado "Edifícios" ao invés de serem contabilizados na conta do Ativo Imobilizado "Terrenos" (Nota 7);

2. A não realização, no exercício de 2021, do inventário físico dos bens móveis, em razão da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela Pandemia de COVID-19 (Nota 6);

3. As despesas cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores, liquidadas por empenhos de restos a pagar não processados, registradas em conta de variação patrimonial diminutiva do exercício corrente, em virtude da ausência de situação no SIAFI que possibilite o registro em conta de "Ajustes de Exercícios Anteriores";

4. A ausência de depreciação de imóvel localizado na cidade de Guaíba/RS, reconhecido no ativo deste TRT4, por pendência na regularização da matrícula junto à Superintendência do Patrimônio da União - SPU/RS (Nota 7);

5. A ausência de reconhecimento individualizado de softwares significativos desenvolvidos internamente e desenvolvidos por outros Tribunais (Nota 8);

6. A ausência de teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (Nota 8).

Porto Alegre/RS, 02 de março de 2022.

Argemiro Dornelles Neto

Contador CRC/RS nº 072921/O



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2021

PERÍODO: Anual
VALORES EM UNIDADE DE REAL

01. BALANÇO PATRIMONIAL - UG 080014

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		65.748.051,97	44.490.394,09	PASSIVO CIRCULANTE		80.333.864,04	69.203.029,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	47.883.189,88	29.815.789,32	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9	79.456.908,04	69.097.843,21
Créditos a Curto Prazo		16.570.445,99	12.898.108,47	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	2	16.598.226,23	12.916.197,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		704.556,76	29.939,70
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	3	-27.780,24	-18.088,54	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Estoques	4	1.043.790,32	1.442.268,86	Provisões a Curto Prazo		-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		172.399,24	75.246,41
VPDs Pagas Antecipadamente		250.625,78	334.227,44				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		326.835.888,42	336.169.501,72	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	13.937.341,62
Ativo Realizável a Longo Prazo	5	1.166.981,66	1.167.887,09	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	9	-	13.937.341,62
Créditos a Longo Prazo		1.125.218,52	1.167.887,09	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.125.218,52	1.167.887,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		41.763,14		Provisões a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Imobilizado		315.016.068,36	323.968.184,28	Resultado Diferido		-	-
Bens Móveis	6	53.837.148,51	59.806.111,36	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		80.333.864,04	83.140.370,94
Bens Móveis		131.081.853,41	126.700.453,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-77.244.704,90	-66.894.342,46	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-			2021	2020
Bens Imóveis	7	261.178.919,85	264.162.072,92	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Bens Imóveis		261.460.344,37	270.312.724,99	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-281.424,52	-6.150.652,07	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Intangível	8	10.652.838,40	11.033.430,35	Reservas de Lucros		-	-
Softwares		10.652.838,40	11.033.430,35	Demais Reservas		-	-
Softwares		14.309.300,70	11.755.262,60	Resultados Acumulados	10	312.250.076,35	297.519.524,87
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-3.656.462,30	-721.832,25	Resultado do Exercício		19.258.641,40	52.143.270,06
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		297.519.524,87	251.689.926,44
Diferido		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		-4.528.089,92	-6.313.671,63
		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		312.250.076,35	297.519.524,87
TOTAL DO ATIVO		392.583.940,39	380.659.895,81	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		392.583.940,39	380.659.895,81



QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	47.883.189,88	29.815.789,32	PASSIVO FINANCEIRO	25.539.767,46	10.955.444,28
ATIVO PERMANENTE	344.700.750,51	350.844.106,49	PASSIVO PERMANENTE	79.459.162,07	83.035.184,83
			SALDO PATRIMONIAL	287.585.010,86	286.669.266,70

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.203.322,13	4.031.825,22	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		264.558.216,31	254.231.412,17
Atos Potenciais Ativos	3.203.322,13	4.031.825,22	Atos Potenciais Passivos		264.558.216,31	254.231.412,17
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.851.675,43	3.295.321,48	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	11	-	-
Direitos Contratuais	351.646,70	736.503,74	Obrigações Contratuais		264.558.216,31	254.231.412,17
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	3.203.322,13	4.031.825,22	TOTAL		264.558.216,31	254.231.412,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	3.775.552,15
Recursos Vinculados	18.567.870,27
Seguridade Social (Exceto Previdência)	5.624.290,44
Previdência Social (RPPS)	332.189,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.611.390,80
TOTAL	22.343.422,42



02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - UG 080014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2021	2020
		1.937.713.508,40	2.025.965.582,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		69.056.625,16	66.130.378,58
Taxas		69.056.625,16	66.130.378,58
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		495.808,25	475.487,33
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		495.808,25	475.487,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		135.375,59	74.345,72
Juros e Encargos de Mora		9.962,17	14.739,75
Variações Monetárias e Cambiais		125.413,42	59.605,97
Transferências e Delegações Recebidas	12	1.859.376.078,48	1.875.096.931,31
Transferências Intragovernamentais		1.839.667.283,94	1.854.095.711,31
Transferências Intergovernamentais		19.704.024,00	21.000.000,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.770,54	1.220,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	13	4.536.005,76	81.450.174,37
Reavaliação de Ativos		-	76.899.400,67
Ganhos com Incorporação de Ativos		26.531,17	3.400.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		4.509.474,59	1.150.773,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.113.615,16	2.738.265,65
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.113.615,16	2.738.265,65

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2021	2020
		1.918.454.867,00	1.973.822.312,90
Pessoal e Encargos	14	1.069.929.598,93	1.070.896.413,04
Remuneração a Pessoal		845.641.245,18	840.914.656,29
Encargos Patronais		177.628.186,08	183.590.112,89
Benefícios a Pessoal		46.660.167,67	46.391.643,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14	569.815.742,10	557.221.627,48
Aposentadorias e Reformas		462.312.598,25	459.520.614,08
Pensões		106.646.497,53	96.867.315,45
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		856.646,32	833.697,95
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15	95.460.851,31	98.538.331,23
Uso de Material de Consumo		661.812,03	1.016.297,55
Serviços		81.223.516,03	83.352.879,04
Depreciação, Amortização e Exaustão		13.575.523,25	14.169.154,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.645.664,69	940.575,47
Juros e Encargos de Mora		946.120,16	1.028,54
Variações Monetárias e Cambiais		2.699.544,53	939.546,93
Transferências e Delegações Concedidas		91.762.058,63	70.306.500,78
Transferências Intragovernamentais		81.761.943,13	70.118.797,83
Outras Transferências e Delegações Concedidas		10.000.115,50	187.702,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16	83.511.794,08	172.480.294,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		220.513,09	13.051.623,49
Perdas Involuntárias		77.557,36	-
Incorporação de Passivos		82.607.964,66	142.616.816,51
Desincorporação de Ativos		605.758,97	16.811.854,80
Tributárias		2.238.144,16	2.866.506,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		93.606,32	75.558,62
Contribuições		2.144.537,84	2.790.948,35
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		2.091.013,10	572.063,13
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.091.013,10	572.063,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		19.258.641,40	52.143.270,06



03. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - UG 080014

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2021	2020
		28.427.631,38	16.127.554,48
INGRESSOS		1.938.992.446,82	1.943.297.560,73
Outros Ingressos Operacionais		1.938.992.446,82	1.943.297.560,73
Ingressos Extraorçamentários		3.024.779,53	176.176,31
Transferências Financeiras Recebidas		1.839.659.965,41	1.854.095.711,31
Arrecadação de Outra Unidade		96.300.383,35	89.025.673,11
Demais Recebimentos		7.318,53	
DESEMBOLSOS		-1.910.564.815,44	-1.927.170.006,25
Pessoal e Demais Despesas		-1.644.369.750,68	-1.681.845.441,98
Judiciário		-990.168.390,84	-981.201.204,54
Previdência Social		-571.880.326,07	-560.103.375,76
Encargos Especiais		-82.321.033,77	-140.540.861,68
Transferências Concedidas		-181.429.443,85	-175.062.725,33
Intragovernamentais		-181.429.443,85	-175.062.725,33
Outros Desembolsos Operacionais		-84.765.620,91	-70.261.838,94
Dispêndios Extraorçamentários		-3.003.677,78	-143.041,11
Transferências Financeiras Concedidas		-81.761.943,13	-70.118.797,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-10.360.230,82	-15.354.974,72
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens	19	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-10.360.230,82	-15.354.974,72
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.309.391,97	-14.339.836,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.050.838,85	-1.015.138,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		18.067.400,56	772.579,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		29.815.789,32	29.043.209,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		47.883.189,88	29.815.789,32



04. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL / CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior - 2020	-	-	-	-	251.689.926,44	-	251.689.926,44
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-6.313.671,63	-	-6.313.671,63
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	52.143.270,06	-	52.143.270,06
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Anterior / Saldo Inicial do Ex. Atual	-	-	-	-	297.519.524,87	-	297.519.524,87
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-4.528.089,92	-	-4.528.089,92
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	19.258.641,40	-	19.258.641,40
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Atual - 2021	-	-	-	-	312.250.076,35	-	312.250.076,35



05. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - UO 15105

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	17	20.044.260,00	20.044.260,00	20.315.371,54	271.111,54
Receita Patrimonial		340.236,00	340.236,00	367.946,47	27.710,47
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		340.236,00	340.236,00	367.946,47	27.710,47
Transferências Correntes		19.704.024,00	19.704.024,00	19.704.024,00	-
Outras Receitas Correntes		-	-	243.401,07	243.401,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	243.401,07	243.401,07
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		20.044.260,00	20.044.260,00	20.315.371,54	271.111,54
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		20.044.260,00	20.044.260,00	20.315.371,54	271.111,54
DEFICIT				1.754.406.267,96	1.754.406.267,96
TOTAL		20.044.260,00	20.044.260,00	1.774.721.639,50	1.754.677.379,50
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	905.798,00	-	-905.798,00
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	905.798,00	-	-

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPEAS	DESPEAS	DESPEAS	SALDO DA
DESPEAS CORRENTES	17	1.777.616.188,00	1.766.964.771,00	1.753.772.734,75	1.739.777.704,17	1.739.700.619,89	13.192.036,25
Pessoal e Encargos Sociais		1.597.016.245,00	1.620.292.043,00	1.608.956.536,92	1.608.496.536,92	1.608.420.485,84	11.335.506,08
Outras Despesas Correntes		180.599.943,00	146.672.728,00	144.816.197,83	131.281.167,25	131.280.134,05	1.856.530,17
DESPEAS DE CAPITAL		18.494.000,00	30.051.215,00	20.948.904,75	9.822.531,57	9.822.531,57	9.102.310,25
Investimentos		18.494.000,00	30.051.215,00	20.948.904,75	9.822.531,57	9.822.531,57	9.102.310,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS		1.796.110.188,00	1.797.015.986,00	1.774.721.639,50	1.749.600.235,74	1.749.523.151,46	22.294.346,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		1.796.110.188,00	1.797.015.986,00	1.774.721.639,50	1.749.600.235,74	1.749.523.151,46	22.294.346,50
TOTAL		1.796.110.188,00	1.797.015.986,00	1.774.721.639,50	1.749.600.235,74	1.749.523.151,46	22.294.346,50



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.142.444,40	9.032.649,81	3.653.942,30	3.653.942,30	6.276.220,65	244.931,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.880.057,50	463.881,50	463.881,50	1.416.176,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.142.444,40	7.152.592,31	3.190.060,80	3.190.060,80	4.860.044,65	244.931,26
DESPESAS DE CAPITAL	18.383,84	686.719,82	537.699,25	537.699,25	167.404,41	0,00
Investimentos	18.383,84	686.719,82	537.699,25	537.699,25	167.404,41	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.160.828,24	9.719.369,63	4.191.641,55	4.191.641,55	6.443.625,06	244.931,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



06. BALANÇO FINANCEIRO - UG 080014

INGRESSOS			NE	DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	18	Despesas Orçamentárias	1.857.166.271,84	1.866.679.138,14
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.172.994.409,78	1.126.098.720,04
Vinculadas	-	-		Vinculadas	684.171.862,06	740.580.418,10
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	138.567.489,75	83.903.577,96
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Previdência Social (RPPS)	517.210.662,97	557.067.869,37
				Dívida Pública	-	73.411.348,96
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	28.393.709,34	26.197.621,81
Transferências Financeiras Recebidas	1.839.659.965,41	1.854.095.711,31		Transferências Financeiras Concedidas	81.761.943,13	70.118.797,83
Resultantes da Execução Orçamentária	1.837.217.836,23	1.851.976.627,29		Resultantes da Execução Orçamentária	681.174,01	-
Sub-repasse Recebido	1.837.217.836,23	1.851.976.627,29		Sub-repasse Devolvido	681.174,01	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.442.129,18	2.119.084,02		Independentes da Execução Orçamentária	81.080.769,12	70.118.797,83
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.000,00			Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.663.628,13	603.149,93
Demais Transferências Recebidas	1.206.780,24	1.047.490,21		Movimento de Saldos Patrimoniais	78.417.140,99	69.515.647,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.225.348,94	1.071.593,81		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-		Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-				
Recebimentos Extraorçamentários	124.530.969,45	98.921.219,05		Pagamentos Extraorçamentários	7.195.319,33	15.446.414,63
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	77.084,28	-		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	6.919,72
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.121.403,76	9.719.369,63		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.191.641,55	15.296.453,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.024.779,53	176.176,31		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.003.677,78	143.041,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários	96.307.701,88	89.025.673,11		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	96.300.383,35	89.025.673,11				
Demais Recebimentos	7.318,53	-				
Saldo do Exercício Anterior	29.815.789,32	29.043.209,56		Saldo para o Exercício Seguinte	47.883.189,88	29.815.789,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.815.789,32	29.043.209,56		Caixa e Equivalentes de Caixa	47.883.189,88	29.815.789,32
TOTAL	1.994.006.724,18	1.982.060.139,92		TOTAL	1.994.006.724,18	1.982.060.139,92



Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Exercício 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), pertencente ao Poder Judiciário Federal, é uma pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 02.520.619/0001-52. Possui sede administrativa no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A Justiça do Trabalho possui competência para conciliar e julgar os conflitos oriundos das relações de trabalho, seja no âmbito individual ou de abrangência coletiva. Os órgãos da Justiça do Trabalho são o Tribunal Superior do Trabalho (3º Grau), os Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau) e as Varas do Trabalho e Postos Avançados (1º Grau).

O primeiro grau da Justiça do Trabalho gaúcha é composto por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. Na capital Porto Alegre estão sediadas 30 Varas do Trabalho. O segundo grau possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como missão realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Seus valores institucionais são: ética, acessibilidade, agilidade, transparência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e gestão democrática.

A conformidade das atividades do órgão está amparada pela Lei nº 8.112/1990 para a contratação e gestão de servidores e de acordo com o disposto nas Leis nsº 8.666/1993, 14.133/2021, 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e nos Decretos nºs 3.555/2000, 7.892/2013 e 10.024/2019 para contratação de fornecedores.

Em relação à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região observa os preceitos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) e do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), assim como as orientações emanadas da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), a quem compete a supervisão orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Na elaboração e execução orçamentária, são observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos internos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, as quais compreendem a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 8ª edição), o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
5. Balanço Orçamentário (BO);
6. Balanço Financeiro (BF);
7. Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (UG 080014 e UO 15105).

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme apresentado a seguir.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor original.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Para os créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro) é constituído também ajuste para perdas, conforme metodologia indicada na Macrofunção SIAFI nº 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas.
- **Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. As entradas nos estoques são registradas pelo valor de aquisição/produção e as saídas pelo custo médio ponderado, de acordo com a Macrofunção SIAFI nº 020319.
- **Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição ou pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam



obtidos a título gratuito, sendo todos depreciados. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, enquanto que os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. A baixa de bens móveis ocorre pelo valor contábil líquido. Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, contabilizando-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) na conta contábil "Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet"; os demais bens imóveis estão contabilizados na conta contábil "Bens de Uso Especial". Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis "Estudos e Projetos", "Obras em Andamento" e "Instalações".

- **Depreciação de Bens Móveis e Imóveis** - A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, Macrofunção nº 020330. Relativamente à depreciação dos bens imóveis, destaca-se que somente aqueles registrados no Sistema de Patrimônio da União - SPIUnet estão sendo depreciados, cujas informações são repassadas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União para a Secretaria do Tesouro Nacional, a qual procede aos lançamentos no Sistema SIAFI.
- **Intangível** - Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles classificados como de vida útil definida são amortizados pelo período estimado de utilização do bem (definido pela área técnica competente). Os ativos intangíveis classificados como vida útil indefinida não são passíveis de amortização.
- **Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável** - Na reavaliação dos bens móveis a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado) equivalente ao custo de reposição. Na reavaliação dos bens imóveis o valor atualizado é obtido mediante laudo técnico. Os critérios utilizados para reavaliação dos bens móveis e imóveis são os descritos na Macrofunção nº 020335 com a orientação de que a reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, levando em consideração a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos estão classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e os valores registrados correspondem a valores de terceiros ou retenções em nome deles. Os demais passivos estão classificados como não circulantes.
- **Ativos e Passivos Contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Patrimonial: apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.
 - Orçamentário: apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.
 - Financeiro: apurado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa. No Balanço Financeiro, confrontam-se os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, confrontam-se o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa.



3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa são compostos pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender às despesas com vinculação de pagamento, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos.

Quadro 1 - Detalhamento de saldo - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH
1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS – CEF	32.702,31	73.927,28	-55,76%
1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO – OFSS	47.850.487,57	29.741.862,04	60,89%
TOTAL	47.883.189,88	29.815.789,32	60,60%

Fonte: SIAFI 2021

O Quadro 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque:

Quadro 2 - Detalhamento de saldo - Limite de saque com vinculação de pagamento – por fonte de recursos

FONTE RECURSOS	2021	2020
00 – RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	17.936.220,45	12.095.165,18
27 – CUSTAS JUDICIAIS	563.708,74	2.940.959,42
50 – RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	896.002,68	626.489,13
51 - RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	11.732.599,44	0,00
56 - CONTRIB.DO SERV.PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	215.689,89	0,00
69 - CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG. SOC. SERV. PUB.	116.499,14	0,00
81 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	16.326.121,38	14.077.929,18
90 – RECURSOS DIVERSOS	63.645,85	1319,13
Total	47.850.487,57	29.741.862,04

Fonte: SIAFI 2021

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos (salário e auxílio alimentação), infrações legais (créditos de fornecedores encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em dívida ativa), de cessão de áreas públicas (valores não recebidos no prazo de pagamento) e acerto financeiro com servidores e ex-servidores.

Quadro 3 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH
1.1.3.1.1.01.01 13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	9.598.999,06	6.486.876,21	47,98%
1.1.3.1.1.01.05 SALÁRIOS E ORDENADOS - PGTO ANTECIPADO	3.342.387,52	3.287.925,91	1,66%
1.1.3.1.1.01.07 ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.100.270,27	3.114.335,13	-0,45%
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A REC DECORRENTES DE INFRAÇÕES	503.491,16	6.975,48	7118,01%
1.1.3.8.1.13.00 CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUB	24.788,05	0,00	-
1.1.3.8.1.16.00 CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDORES	28.290,17	20.084,28	40,86%
TOTAL	16.598.226,23	12.916.197,01	28,51%

Fonte: SIAFI 2021



O saldo das contas de adiantamento de salários e adiantamento de 13º salário corresponde ao pagamento antecipado aos servidores e magistrados que solicitaram férias a serem usufruídas no período entre 01/01/2022 e 17/01/2022. O saldo constante na conta de adiantamento de auxílio alimentação corresponde aos valores do mês de janeiro de 2022, pagos antecipadamente em dezembro de 2021.

Na conta 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações são registrados os créditos de fornecedores encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa. Os créditos são decorrentes de multas administrativas aplicadas aos fornecedores que descumpriram cláusulas contratuais, sendo, portanto, classificados como dívida ativa não tributária. Após a inscrição em dívida ativa, pela PGFN, os créditos são baixados do ativo do TRT. No exercício de 2021, foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$336.863,50.

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

A partir do exercício de 2020, o TRT4 começou a reconhecer um ajuste para perdas estimadas com créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidor ou Ex-servidor), uma vez que estes apresentam significativa probabilidade de não realização.

Para o cálculo do ajuste para perdas estimadas é utilizada a metodologia indicada na Macrofunção 02.03.42 - Ajustes para Perdas Estimadas. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos: Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x Saldo atualizado da conta de valores a receber).

3.4. Nota 4 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almojarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo TRT4, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de TIC (teclado, mouse, pen drive), materiais de higiene, limpeza e conservação, entre outros.

Quadro 4 - Detalhamento de saldo - Almojarifado

DESCRIÇÃO	2021	2020	AV	AH
Material de consumo de TIC	368.249,72	457.104,91	29,37%	-19,44%
Material elétrico e eletrônico	296.564,30	305.580,53	23,65%	-2,95%
Material de limpeza e prod. de higienização	179.005,62	227.930,88	14,28%	-21,46%
Material de expediente	214.491,41	225.059,88	17,11%	-4,70%
Material para manut. de bens imóveis/instalações	74.411,96	77.692,03	5,93%	-4,22%
Material de proteção e segurança	16.985,59	31.971,98	1,35%	-46,87%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	23.381,32	31.099,53	1,86%	-24,82%
Material de sinalização visual e outros	22.628,28	22.972,96	1,80%	-1,50%
Material de acondicionamento e emb.	19.349,18	19.018,70	1,54%	1,74%
Material para comunicações	12.175,07	14.662,27	0,97%	-16,96%
Material para manut. de bens móveis	18.971,00	14.143,56	1,51%	34,13%
Material bibliográfico	0,00	4.990,21	0,00%	-100,00%
Material para utilização em gráfica	3.862,45	3.862,45	0,31%	0,00%



Material para áudio, vídeo e foto	2.451,75	2.451,75	0,20%	0,00%
Material de copa e cozinha	1.103,34	2.388,13	0,09%	-53,80%
Gêneros de alimentação	193,94	1.339,09	0,02%	-85,52%
TOTAL	1.253.824,93	1.442.268,86	100,00%	-13,07%

Fonte: SIAFI 2021

A maioria dos materiais teve redução dos saldos, e, ao fim do exercício, o estoque final foi R\$188.443,93 inferior ao do exercício anterior. O ano de 2021, além do ano de 2020, também foi atípico, quando foi mantido, em grande parte, o trabalho remoto em virtude da pandemia relacionada ao coronavírus.

No exercício de 2021 foi reconhecido o montante de R\$210.034,61 para ajuste para perdas de estoque, em conformidade com a Macrofunção 02.03.42. Como parâmetro para realização do lançamento de ajuste de perda foi utilizado o valor dos itens que não têm saída do estoque há mais de 24 meses. Optou-se por utilizar esse parâmetro em razão do cenário da pandemia, já que existem itens ativos e que são de uso comum do Tribunal que podem não estar sendo utilizados em razão do trabalho remoto. Desse modo, os 24 meses englobam um período no qual o trabalho ainda era presencial e tais itens tinham um consumo regular, deixando mais evidente os itens que, de fato, podem estar obsoletos.

3.5. Nota 5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo correspondem ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Quadro 5 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH
1.2.1.2.1.98.26 ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS	1.125.218,52	1.167.887,09	-3,65

Fonte: SIAFI 2021

A FUNPRESP-JUD devolveu, em dezembro de 2021, parcela devidamente corrigida do aporte de recursos inicial ocorrido em 2013. O valor da devolução - R\$168.081,99 - foi baixado da conta de créditos a receber (conta 1.2.1.2.1.98.26 - Adiantamento de Contrib. Futuras).

3.6. Nota 6 – Imobilizado - Bens Móveis

O ativo imobilizado do TRT4, ao final do exercício de 2021, correspondeu a 80% do ativo total, sendo 13,7% de bens móveis e 66,5% de bens imóveis.

Os bens móveis totalizaram, em 31/12/2021, um saldo contábil bruto de R\$ 131.081.853,41, distribuídos nas contas apresentadas no Quadro 6:

Quadro 6 - Detalhamento de saldo - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	2021	AV	2020	AV	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.067.275,23	3,87%	5.293.361,97	4,18%	-4,27%
Bens de Informática	78.719.270,80	60,05%	76.453.160,99	60,34%	2,96%
Móveis e Utensílios	33.557.126,56	25,60%	33.353.838,36	26,32%	0,61%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	871.899,54	0,67%	993.044,44	0,78%	-12,20%
Veículos	2.885.770,30	2,20%	3.042.667,39	2,40%	-5,16%
Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque)	8.524.891,67	6,50%	5.945.794,15	4,69%	43,38%



Demais Bens Móveis	1.455.619,31	1,11%	1.618.586,52	1,28%	-10,07%
Valor Bruto Contábil dos Bens	131.081.853,41	100,00%	126.700.453,82	100,00%	3,46%
(-) Depreciação Acumulada	-77.244.704,90	58,93%	-66.894.342,46	52,80%	15,47%
Valor Contábil Líquido	53.837.148,51	41,07%	59.806.111,36	47,20%	-9,98%

Fonte: SIAFI 2021

No exercício de 2021 não foi realizado inventário físico dos bens móveis, em razão da pandemia causada pelo coronavírus e consequente suspensão das atividades presenciais, com a instituição, por meio da Portaria Conjunta nº 1268/2020, dos regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas. A Administração do TRT4 autorizou que a realização do inventário anual ocorra somente quando houver a retomada plena das atividades presenciais.

Na composição do valor dos Demais Bens Móveis, o valor de R\$ 69.856,95 é referente aos bens móveis não localizados, registrados no SIAFI na conta 12311.99.07 (Bens Não Localizados) pelo valor líquido contábil, conforme item 20.1 da Macrofunção 020330, sendo que no Sistema de Patrimônio e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), por limitação do sistema, constam pelo valor bruto contábil.

O acréscimo do saldo dos "Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque)" é decorrente das aquisições de bens recebidas no final do exercício de 2021 que não foram distribuídas às unidades.

O Quadro 7 apresenta a movimentação dos bens móveis:

Quadro 7 - Detalhamento das movimentações no período - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Saldo anterior	Ajustes Patrimoniais	ENTRADAS		SAÍDAS		Baixa da depreciação de bens não localizados	Saldo atual
			Aquisições	Outras Adições	Doação/ Transf.	Inutiliz/ Outros		
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	5.745.930,34	449.032,38	122.961,23	0,00	18.939,87	106.331,06	10.208,06	5.284.380,20
Bens de Informática	79.247.565,52	0,00	7.403.571,85	0,00	1.568.272,55	61.965,00	55.853,49	84.965.046,33
Móveis e Utensílios	35.883.793,17	24.688,70	42.634,00	311,48	476.347,05	108.049,47	57.495,98	35.260.157,45
Material Cultural, Educac. e de Comunicação	1.424.745,26	131.206,01	9.603,83	0,00	3.784,92	6.342,10	2.611,24	1.290.404,82
Veículos	3.050.350,86	44.155,00	15.800,00	0,00	129.788,73	0,00	1.130,88	2.891.076,25
Outros Bens Móveis	1.348.068,67	7.533,54	50.247,33	299,90	0,00	294,00	0,00	1.390.788,36
TOTAL	126.700.453,82	656.615,63	7.644.818,24	611,38	2.197.133,12	282.981,63	127.299,65	131.081.853,41

Fonte: Sistema de Patrimônio / SIAFI 2021

No quadro 6 o valor do saldo em cada classe de bens móveis não é igual ao valor apresentado por classe no quadro 7. No quadro 6 as classes estão conforme as contas do SIAFI e temos uma categoria separada, Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque), onde o valor corresponde a bens pertencentes às várias classes.

O TRT4 concluiu em 2021, conforme cronograma aprovado pela Administração, a avaliação de todos os seus bens móveis adquiridos anteriormente ao ano de 2010, período de início da adoção dos procedimentos de depreciação. Estes bens precisavam ter seu valor contábil ajustado, pois não sofreram depreciação e estavam, portanto, desatualizados. No exercício de 2021, foi concluída a avaliação dos bens classificados nas contas 1.2.3.1.1.01.01 - Aparelhos de Medição, 1.2.3.1.1.01.05 - Equipamentos de Proteção, Segurança e Sobrevivência, 1.2.3.1.1.01.07 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Energéticos,



1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos, 1.2.3.1.1.04.05 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Fotos, 1.2.3.1.1.01.25 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Diversos, 1.2.3.1.1.03.02 - Máquinas, Aparelhos e Utensílios de Escritório, 1.2.3.1.1.01.09 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina, 1.2.3.1.1.04.06 - Obras de Arte e Peças para Museu, 1.2.3.1.1.05.01 - Veículos Diversos, 1.2.3.1.1.99.09 - Peças Não Incorporáveis a Imóveis e 1.2.3.1.1.01.12 - Acessórios para Veículos, que resultou em uma redução de R\$ 656.615,63 no valor destes bens. Os ajustes contábeis foram realizados conforme orientações contidas no MCASP 8ª edição (item 5.10 Esquema de Implementação da Avaliação e Depreciação de Bens Públicos), e o lançamento no ativo foi efetuado em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores do grupo Resultados Acumulados no PL.

O Quadro 8 apresenta o grau de depreciação dos bens móveis:

Quadro 8 - Grau de Depreciação - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.284.380,20	2.209.716,20	41,82
Bens de Informática	84.965.046,33	53.556.749,71	63,03
Móveis e Utensílios	35.260.157,45	19.493.901,30	55,29
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.290.404,82	433.922,63	33,63
Veículos	2.891.076,25	1.347.244,74	46,60
Demais Bens Móveis	1.390.788,36	203.170,32	14,61
Total Bens Móveis	131.081.853,41	77.244.704,90	58,93

Fonte: SIAFI 2021

3.7. Nota 7 – Imobilizado - Bens Imóveis

No Quadro 9 é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2021 e de 2020:

Quadro 9 - Detalhamento de saldo - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	2021	AV	2020	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	261.456.760,37	100,00%	257.405.919,20	95,23%	1,57%
Bens Imóveis em Andamento	3.584,00	0,00%	12.906.805,79	4,77%	-99,97%
Saldo Contábil Bruto	261.460.344,37	100,00%	270.312.724,99	100,00%	-3,27%
(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-281.424,52	0,11%	-6.150.652,07	2,28%	-95,42%
Saldo Contábil Líquido	261.178.919,85	99,89%	264.162.072,92	97,72%	-1,13%

Fonte: SIAFI 2021

No exercício de 2021 foi realizada a baixa do saldo alongado na conta de depreciação de imóveis, no valor de R\$ 6.023.503,19. Após o lançamento de ajuste, o saldo registrado no SIAFI está conciliado com o valor publicado na planilha da SPU.

A composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet está detalhada no Quadro 10:

Quadro 10 - Detalhamento de saldo - Bens de Uso Especial

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet	SIAFI	SPIUnet	
		Terreno	Benfeitoria
1.2.3.2.1.01.02 EDIFÍCIOS	243.448.772,08	100.752.307,69	142.696.464,39
1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS	17.674.988,29	17.674.988,29	-
1.2.3.2.1.01.22 ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	333.000,00	333.000,00	-
TOTAL	261.456.760,37	118.760.295,98	142.696.464,39

Fonte: SIAFI 2021 e SPIUnet



No SIAFI, conforme demonstrado no Quadro 10, o saldo da conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios é composto pela soma do valor dos terrenos e das benfeitorias (edificações) dos imóveis. Esse valor é repassado de forma automática pelo SPIUnet. Em comparação ao exercício anterior, ocorreu um aumento de R\$ 8.591.742,50 nesta conta, decorrente da finalização da obra do Foro da cidade de Novo Hamburgo/RS e de Alegrete/RS, e pela devolução do imóvel na cidade de Passo Fundo/RS à Superintendência do Patrimônio da União - SPU/RS. Com a conclusão das obras ocorreu uma diminuição de R\$ 12.594.514,93 na conta Bens Imóveis em Andamento (Obras em Andamento).

Com a conclusão das obras e com a devolução à SPU de terreno no município de Santa Vitória do Palmar/RS, no valor de R\$236.291,48, ocorreu uma diminuição total de R\$ 4.540.901,33 na conta 1.2.3.2.1.01.03 Terrenos/Glebas.

Os valores em Bens Imóveis em Andamento (Obras em Andamento) referem-se às despesas com laudo de meio biótico e assessoramento para a renovação do licenciamento ambiental para a obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande/RS, e de limpeza do terreno e de melhorias no passeio público onde será realizada a obra de construção da nova sede do Foro Trabalhista em Santa Rosa/RS.

O Quadro 11 apresenta o grau de depreciação do imobilizado:

Quadro 11 - Grau de Depreciação - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Edificações e Instalações	142.696.464,39	281.424,52	0,20
Obras em Andamento	3.584,00	-	-
Terrenos	118.760.295,98	-	-
Total Bens Imóveis	261.460.344,37	281.424,52	

Fonte: SIAFI 2021 e SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis incide apenas sobre o valor das benfeitorias (edifícios e instalações) e é registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nas informações repassadas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e conforme previsto no art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU no 703, de 10 de dezembro de 2014.

No exercício de 2021 o imóvel localizado no município de Guaíba não está sofrendo depreciação pois no cadastro deste imóvel no SPIUnet, no item "Proprietário Oficial" não consta "União", motivo pelo qual o valor mensal da depreciação do referido imóvel não é calculado e registrado e, portanto, não está sendo contabilizado. Já está tramitando a regularização da matrícula junto à Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

3.8. Nota 8 – Intangível

No TRT4 os bens intangíveis são compostos exclusivamente por softwares, que estão assim classificados:

Quadro 12 - Detalhamento de saldo - Ativos Intangíveis

INTANGÍVEL	2021	2020	AV	AH
Softwares com Vida Útil Definida	5.838.988,05	3.843.933,06	40,81%	51,90%
Softwares com Vida Útil Indefinida	8.470.312,65	7.911.329,54	59,19%	7,07%
Valor Contábil Bruto	14.309.300,70	11.755.262,60	100,00%	21,73%
(-) Amortização Acumulada	-3.656.462,30	-721.832,25	25,55%	406,55%
Valor Contábil Líquido	10.652.838,40	11.033.430,35	74,45%	-3,45%

Fonte: SIAFI 2021



No exercício de 2021 foi dada continuidade aos ajustes patrimoniais e contábeis decorrentes do processo iniciado no exercício de 2019, de levantamento dos softwares adquiridos e constantes no patrimônio do Tribunal e de adoção de um novo entendimento para a classificação em vida útil definida ou indefinida e para o período de amortização. Foi realizada a última etapa dos ajustes que consistiu na reclassificação de softwares de vida útil indefinida para vida útil definida e o lançamento de amortização acumulada. Apesar do atual sistema de controle patrimonial não possuir a funcionalidade de cálculo da amortização, ela foi realizada a partir de controles feitos em planilhas. É aguardada a implantação de um sistema, ou melhoria no sistema atual, que tenha a funcionalidade de cálculo da amortização para subsidiar os devidos lançamentos no SIAFI e para o melhor controle das informações.

Tramita na área técnica proposição de constituição de uma comissão para nova realização de teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos por este Tribunal.

Não estão reconhecidos no Ativo Intangível os softwares desenvolvidos internamente, foi proposto que seja feita avaliação pela área técnica a fim de que seja apurado o valor justo de cada um destes softwares, bem como seja verificado se eles atendem aos requisitos listados no item 55 da NBC TSP 08, para posterior reconhecimento no ativo deste Tribunal. No Ativo Intangível não estão reconhecidos os softwares desenvolvidos por outros Tribunais, cujo uso se dá por meio de transação sem contraprestação. Foi encaminhada consulta à Seofi/CSJT (Setorial Contábil) solicitando orientações quanto ao procedimento mais adequado na mensuração e reconhecimento.

3.9. Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo e Longo Prazo

Conforme observa-se no Quadro 13, no curto prazo, as obrigações trabalhistas correspondem às férias a pagar, ao provisionamento dos encargos patronais (INSS, PSSS e Funpresp), incidentes sobre a folha de férias, e aos débitos com servidores e magistrados, para os quais não há suficiência de créditos.

Quadro 13 - Detalhamento de saldo - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo e Longo Prazo

	2021	AV	2020	AV	AH
Curto Prazo	79.456.908,04	100,00%	69.097.843,21	83,22%	14,99%
2.1.1.1.1.01.03 FÉRIAS A PAGAR	67.220.246,15	84,60%	60.225.281,10	72,53%	11,61%
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	9.451.805,94	11,90%	0,00	-	-
2.1.1.4.1.03.02 CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID	988.944,00	1,24%	273.156,31	0,33%	262,04%
2.1.1.4.2.01.01 INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERA	184.679,90	0,23%	25.569,40	0,03%	622,27%
2.1.1.4.2.13.00 PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTA	1.593.034,30	2,00%	8.573.836,40	10,33%	-81,42%
2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	18.197,75	0,02%	0,00	-	-
Longo Prazo	0,00	0,00%	13.937.341,62	16,78%	-100,00%
2.2.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	0,00	0,00%	13.896.381,39	16,74%	-100,00%
2.2.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	0,00	0,00%	40.960,23	0,05%	-100,00%
TOTAL	79.456.908,04	100,00%	83.035.184,83	100,00%	-4,31%

Fonte: SIAFI 2021

Os passivos são contabilizados e pagos de acordo com a regulamentação em vigor. Atualmente a contabilização segue as orientações contidas na Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019, atualizada em junho



de 2021. Com a nova orientação, a classificação do passivo entre circulante e não circulante não depende da expectativa do pagamento, mas do prazo para exigibilidade da obrigação. Então os passivos trabalhistas exigíveis da justiça do trabalho passaram a ser lançados no circulante, em contas contábeis de curto prazo, pois já estão sendo exigidos, independente da disponibilidade orçamentária, inclusive com cálculo de juros e correção monetária.

No mês de setembro de 2021 foi publicada a Resolução CSJT nº 302/2021, alterando a redação do art. 7º da Resolução CSJT nº 137/2014, que estabelece critérios para o reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores - passivos - a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau. A partir dessa nova redação, o artigo 7º da Resolução CSJT nº 137/2014 passou a dispor que, considerando a situação e a natureza jurídica de cada passivo, as despesas de exercícios anteriores poderão ser pagas com a incidência de correção monetária e, excepcionalmente, dos juros de mora, nos casos em que a Administração reconheceu o direito, com estipulação de termo para pagamento. Em novembro de 2021 em cumprimento à decisão da Exma. Presidente deste Tribunal, procedeu-se a baixa nos valores das parcelas de juros incidentes sobre os passivos, com exceção dos passivos referentes a valores de Parcela Autônoma de Equivalência.

O Quadro 14 apresenta os pagamentos de passivos e respectivos encargos no exercício de 2021:

Quadro 14 - Detalhamento de Passivos Pagos

PASSIVOS	VALOR
DIF.PROVENTOS/PENSOES-CLASSISTA	3.687.072,92
PASSIVO-PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	1.824.812,02
FÉRIAS INDENIZADAS-MAGISTRADO	146.190,59
GRATIF. EXERC. CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO GECJ	4.647.632,88
AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	741.605,13
PASSIVO-ABPERM-ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	133.945,97
PASSIVO-DIFAFI-DIF.AD.FÉRIAS E IND.-SERVIDOR	3.505.758,18
PASSIVO - DIFREM - DIF.REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	2.359,70
PASSIVO - DIFSUB - DIF.SUBSTITUI.- SERVIDOR	11.236,30
PASSIVO-INATQD-INCORP/ATIAL.QUINTOS/DÉC.-SERV	102.120,00
TOTAL	14.802.733,69

Fonte: SIAFI 2021

O Quadro 15 apresenta o saldo final do exercício de 2021 das contas de passivos trabalhistas:

Quadro 15 - Detalhamento de Saldo - Passivos Trabalhistas

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO FINAL
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	DIF.PROVENTOS/PENSÕES - CLASSISTA	110.194,37
	AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	2.210.258,40
	ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	61.681,48
	GRATIF. EXERC. CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO	28.965,66
	AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	6.965.091,07
	ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	26.148,99
	ADIC.PERICUL,INSAL E NOT . - SERVIDOR	1.249,63
	DIF.REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	36.655,29
	LICENÇA PRÊMIO IND.-SERVIDOR	10.680,89
	PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR	880,16
TOTAL	9.451.805,94	



2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	4.747,24
	AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	6.249,27
	DIF.REMUNERAÇÃO - SERVIDOR	7.105,06
	INCORP/ATIAL.QUINTOS/DÉC.- SERVIDOR	96,18
TOTAL		18.197,75

Fonte: SIAFI 2021

3.10. Nota 10 - Resultados Acumulados

O Patrimônio Líquido do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é constituído pelos Resultados Acumulados do exercício, de exercícios anteriores e de ajustes de exercícios anteriores.

Quadro 16 - Detalhamento de saldo - Patrimônio Líquido

CONTA CONTÁBIL	2021	2020
Resultados Acumulados	312.250.076,35	297.519.524,87
Resultado do Exercício	19.258.641,40	52.143.270,06
Resultados de Exercícios Anteriores	297.519.524,87	251.689.926,44
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.528.089,92	-6.313.671,63

Fonte: SIAFI 2021

A apuração do resultado patrimonial do exercício implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). O TRT4 obteve um resultado positivo no exercício de 2021, visto que as variações patrimoniais aumentativas (receitas) foram superiores às variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes. Os valores contabilizados no exercício de 2021 na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de diversos lançamentos, conforme quadro a seguir:

Quadro 17 - Detalhamento de saldo - Ajustes de Exercícios Anteriores

LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS	Valor
Ajuste de amortização	-1.926.798,19
Ajuste de depreciação	5.950.056,89
Apropriação de bens móveis	10.889,59
Apropriação de créditos	529.004,90
Apropriação de intangível	1.995.054,99
Apropriação de obras em andamento	38.601,96
Apropriação de passivos de pessoal	-8.911.669,85
Baixa de bens móveis	-24.276,88
Baixa de créditos	-11.299,45
Baixa de intangível	-1.983.713,29
Baixa de passivos de pessoal	562.224,76
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - custeio	-93.608,77
Reavaliação a menor de bens móveis	-662.556,58
TOTAL	-4.528.089,92

Fonte: SIAFI 2021



3.11. Nota 11 – Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais a Executar

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como as obrigações contratuais a executar.

Em 31/12/2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$264.558.216,31 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência. O Quadro 17 apresenta as obrigações segregadas por natureza dos contratos:

Quadro 18 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Composição

CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH
8.1.2.3.1.02.01 - Serviços	247.932.898,82	250.956.741,77	-1,20%
8.1.2.3.1.03.01 - Aluguéis	9.920.519,63	3.043.163,79	225,99%
8.1.2.3.1.04.01 - Fornecimento de Bens	6.704.797,86	231.506,61	2796,16%
TOTAL	264.558.216,31	254.231.412,17	4,06%

Fonte: SIAFI 2021

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 93,72% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2021 e sofreram um decréscimo de 1,20% em relação aos valores contratados em dezembro de 2020.

No Quadro 19 estão relacionados os contratados mais significativos:

Quadro 19 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Pelo contratado

Contratado		SALDO	AV
CNPJ	NOME		
87096616000196	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA	196.003.730,49	74,09%
92653666000167	SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA	8.679.872,45	3,28%
8467115000100	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA	6.943.306,59	2,62%
4970088000125	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS - EIRELI	5.537.059,16	2,09%
78931474000144	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	3.971.682,78	1,50%
07261798000174	HCC PROJETOS ELÉTRICOS SA	3.351.658,08	1,27%
76535764000143	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1.980.573,88	0,75%
03042097000193	METRUM ENGENHARIA LTDA	1.886.982,20	0,71%
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	1.594.304,58	0,60%
2016440000162	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.485.967,91	0,56%
NA	OUTROS	33.123.078,19	12,53%
TOTAL		264.558.216,31	100,00%

Fonte: SIAFI 2021

A seguir é apresentado o resumo das principais contratações:

- CNPJ 87096616000196- UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA - Contratação de serviços de Assistência à Saúde.
- CNPJ 92653666000167 - SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA.: Contratação de serviço de vigilância armada.
- CNPJ 08467115000100 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D: Contratação de fornecimento de energia elétrica.
- CNPJ 04970088000125 - PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI: Contratação de serviço de limpeza.
- CNPJ 78.931.474/0001-44 - REDISUL INFORMÁTICA LTDA - Aquisição de switches de rede



- CNPJ 07.261.798/0001-74 - HCC PROJETOS ELÉTRICOS SA - Sistemas de geração de energia solar fotovoltaica on-gride.
- CNPJ 76535764000143 - OI S.A.: Contratação de serviço telefônico fixo comutado (Local, LDN e LDI) e contratação de links de acesso dedicado à Internet
- CNPJ 03.042.097/0001-93 - METRUM ENGENHARIA LTDA - Reforma parcial prédio sede TRT4 (retrofit 6º pavimento norte e 5º pavimento).
- CNPJ 34028316002661 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: Prestação de serviços postais diversos.
- CNPJ 02016440000162 - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.: Contratação de fornecimento de energia elétrica.

3.12. Nota 12 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Variações Patrimoniais Aumentativas são compostas principalmente (92,55%) por transferências financeiras recebidas pelo TRT4 relativas à execução orçamentária.

O Quadro 20 apresenta o detalhamento das receitas de transferências e delegações recebidas:

Quadro 20 - Receitas com Transferências e Delegações Recebidas

VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2021	2020	AH
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	Sub-Repasse Recebido	1.837.217.836,23	1.851.976.627,29	-0,80%
	Transferências Recebidas para Pgto	10.000,00	0,00	-
	Demais Transferências Recebidas	1.206.780,24	1.047.490,21	15,21%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.225.348,94	1.071.593,81	14,35%
	Movimentações de Var. Patrim. Aument.	7.318,53	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	Transferências Voluntárias	19.704.024,00	21.000.000,00	-6,17%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	Doações/Transferências Recebidas	4.770,54	1.220,00	291,03%
TOTAL		1.859.376.078,48	1.875.096.931,31	-0,84%

Fonte: SIAFI 2021

3.13. Nota 13 – VPA - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2021 não ocorreu reavaliação de bens imóveis. O valor constante na VPA de Ganhos com Incorporação de Ativos corresponde à produção gráfica e a valores não recebidos do contrato de cessão de bens imóveis. O Ganho com Desincorporação de Passivos corresponde à exclusão dos valores de juros de mora das contas de passivo de pessoal, reclassificação e retificação de lançamentos de contas de passivo e baixa de RPV e precatórios da União.

3.14. Nota 14 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos (55,77%), referentes aos servidores ativos, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (29,70%), relacionados com o pagamento de inativos.



Quadro 21 - Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2021	2020	AH
PESSOAL E ENCARGOS	Remuneração a Pessoal	845.641.245,18	840.914.656,29	0,56%
	Encargos Patronais	177.628.186,08	183.590.112,89	-3,25%
	Benefícios a Pessoal	46.660.167,67	46.391.643,86	0,58%
TOTAL		1.069.929.598,93	1.070.896.413,04	-0,09%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias e Reformas	462.312.598,25	459.520.614,08	0,61%
	Pensões	106.646.497,53	96.867.315,45	10,10%
	Outros Benefícios Previd. e Assist.	856.646,32	833.697,95	2,75%
TOTAL		569.815.742,10	557.221.627,48	2,26%

Fonte: SIAFI 2021

Os outros benefícios previdenciários e assistenciais compreendem as despesas com auxílio-funeral e auxílio-natalidade.

3.15. Nota 15 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Conforme demonstra o Quadro 22, no ano de 2021 as despesas com consumo de materiais, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização tiveram uma redução de 3,12% em relação ao exercício anterior:

Quadro 22 - Despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2021	2020	AH
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	Uso de Material de Consumo	661.812,03	1.016.297,55	-34,88%
	Serviços	81.223.516,03	83.352.879,04	-2,55%
	Depreciação, Amortização e Exaustão	13.575.523,25	14.169.154,64	-4,19%
TOTAL		95.460.851,31	98.538.331,23	-3,12%

Fonte: SIAFI 2021

A redução significativa - 34,88% - ocorreu com as despesas relacionadas com consumo de materiais, em razão da continuidade da pandemia causada pelo coronavírus e a manutenção da restrição das atividades presenciais, estabelecidas pela Portaria Conjunta nº 1268/2020, dos regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas. Os principais materiais incluídos no item Material de Consumo Imediato, do Quadro 23, são gastos com a manutenção de bens imóveis e instalações (R\$ 70.500,88), com proteção e segurança (R\$ 69.201,15) e para manutenção de bens móveis (R\$ 61.800,00).

Quadro 23 - Detalhamento Consumo de Materiais

DESCRIÇÃO	2021	AV	2020	AV	AH
Consumo de Materiais Estocados - Almoxxarifado	152.094,01	22,98%	675.909,33	66,51%	0,00%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	31.491,24	4,76%	40.863,89	4,02%	-22,94%
Consumo de Gêneros de Alimentação	875,42	0,13%	8.683,65	0,85%	-89,92%
Consumo de Material de Processamento de Dados	172.632,71	26,08%	281.935,71	27,74%	-38,77%
Material de Consumo Imediato	296.145,88	44,75%	0,00	0,00%	-
Consumo de Material Farmacológico	0,00	0,00%	2.711,48	0,27%	-100,00%
Consumo de Material Hospitalar	0,00	0,00%	6.193,49	0,61%	-100,00%
Distribuição de Material Gratuito	8.572,77	1,30%	0,00	0,00%	-
TOTAL	661.812,03	100,00%	1.016.297,55	100,00%	-34,88%

Fonte: SIAFI 2021



A pandemia relacionada ao coronavírus e a manutenção em grande parte do trabalho remoto em todas as unidades judiciárias e administrativas manteve a redução significativa das despesas com diárias e fornecimento de alimentação

Quadro 24 - Detalhamento Despesas com Serviços

DESCRIÇÃO	2021	2020	AH
Diárias	269.823,41	383.418,43	-29,63%
Fornecimento de Alimentação	7.350,00	10.374,00	-29,15%
Locações e Arrendamentos	5.003.275,59	4.647.081,85	7,66%
Seguros em Geral	65.182,02	54.818,78	18,90%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	24.732.443,01	24.796.431,40	-0,26%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	4.817.008,42	4.976.191,06	-3,20%
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	4.350.360,08	4.118.680,62	5,63%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	98.939,36	100.902,11	-1,95%
Serviços Administrativos	306.689,17	301.798,71	1,62%
Serviços Educacionais e Culturais	1.935.141,69	2.321.415,67	-16,64%
Serviços Técnicos Profissionais	39.637.303,28	41.641.766,41	-4,81%
TOTAL	81.223.516,03	83.352.879,04	-2,55%

Fonte: SIAFI 2021

3.16. Nota 16 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As despesas decorrentes de Desincorporação de Ativos correspondem a créditos inscritos em Dívida Ativa (R\$ 336.863,50), créditos a receber referentes ao adiantamento à FUNPRESP-JUD (R\$ 168.081,99) e por outras desincorporações de Ativos (R\$ 100.813,48).

As despesas com incorporação de passivos apresentaram o montante aproximado de R\$ 82 milhões, são de precatórios de natureza alimentar e comum devidos pela administração direta e indireta da União e de Requisições de pequeno valor - RPV.

As despesas com Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, no valor de R\$ 220.513,09, são decorrentes dos lançamentos de ajuste para perdas de débitos de ex-servidores (R\$ 10.478,48) e de ajustes de perdas de estoque de material de consumo (R\$ 210.034,61).

3.17. Nota 17 – Balanço Orçamentário

O TRT da 4ª Região integra o Orçamento Geral da União através da Unidade Orçamentária (UO) 15105. Os valores expostos no Balanço Orçamentário refletem a execução dos recursos orçamentários alocados em sua unidade orçamentária e autorizados na Lei nº 14.144/2021, Lei Orçamentária Anual - LOA 2021, não compreendendo aqueles cuja execução realiza-se de forma descentralizada (próprios de outra UO).

A LOA 2021 consignou ao TRT4 dotação orçamentária inicial de R\$ 1.796.110.188,00. No decorrer do exercício, contudo, foram realizados ajustes que permitiram adequar a dotação autorizada e resultaram em um acréscimo de R\$ 905.798,00. A dotação final ficou em R\$ 1.797.015.986,00. Em 2020 a dotação orçamentária consignada pela LOA foi de R\$ 1.748.894.639,00.



Em 2021 foram empenhados R\$ 1.774.721.639,50, o que corresponde a 98,76% do valor da dotação total. O Quadro 25 apresenta o detalhamento da execução orçamentária no ano de 2021. Observa-se que foram liquidadas 98,58% das despesas empenhadas e pagas praticamente 100% das despesas liquidadas.

Quadro 25 - Despesas Orçamentárias da UO 15105

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	% TOTAL EMP.	DESPESAS LIQUIDADAS	% LIQ./EMP.	DESPESAS PAGAS	% PAGO./LIQ.
DESPESAS CORRENTES	1.753.772.734,75	98,82%	1.739.777.704,17	99,20%	1.739.700.619,89	99,99%
Pessoal e Encargos Sociais	1.608.956.536,92	90,66%	1.608.496.536,92	99,97%	1.608.420.485,84	99,99%
Outras Despesas Correntes	144.816.197,83	8,16%	131.281.167,25	90,65%	131.280.134,05	99,99%
DESPESAS DE CAPITAL	20.948.904,75	1,18%	9.822.531,57	46,89%	9.822.531,57	100,00%
Investimentos	20.948.904,75	1,18%	9.822.531,57	46,89%	9.822.531,57	100,00%
TOTAL	1.774.721.639,50	100,00%	1.749.600.235,74	98,58%	1.749.523.151,46	99,99%

Fonte: SIAFI 2021

Em relação aos grupos de natureza da despesa, apresentam-se as seguintes considerações:

Pessoal e encargos sociais: são as despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) e encargos sociais.

Em 2021 o pagamento de despesas com pessoal totalizou R\$ 1.608.420.485,84. Em relação ao exercício de 2020, o acréscimo foi de 1,81%, com incremento de R\$ 28.585.185,94. Essa diferença refere-se principalmente ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de ativos (adicional de qualificação, progressões, abono de permanência), à inclusão em folha das vantagens reconhecidas aos juizes classistas e seus pensionistas civis na ADI 5179 e ao aumento com encargos patronais devido à adoção de alíquotas progressivas prevista na EC 103/2019.

Outras despesas correntes: compreendem as despesas com benefícios a servidores e magistrados, custeio e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG.

Em 2020 o valor pago de outras despesas correntes foi de R\$ 131.155.932,82. Em 2021 os pagamentos se mantiveram no mesmo patamar, atingindo R\$ 131.280.134,05.

Considerando os valores da LOA 2021, os valores pagos com custeio corresponderam a R\$ 47,7 milhões. A despesa com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJG) totalizou R\$ 12,0 milhões, apresentando uma queda de mais de R\$ 2 milhões em relação a 2020. Essa despesa já havia apresentado uma redução superior a R\$ 5 milhões entre 2019 e 2020. Os fatores determinantes dessas reduções são alterações na legislação que rege a matéria e as medidas adotadas para a prevenção da COVID-19. A despesa com benefícios a servidores e magistrados, totalizou R\$ 71,6 milhões.

Investimentos: são os recursos orçamentários utilizados em patrimônio permanente, como desenvolvimento de sistemas de TI, aquisição de móveis e equipamentos e construção de prédios.

As despesas de capital pagas relativas ao orçamento de 2021 atingiram o montante de R\$ 9.822.531,57.

Em 2021 foram concluídos e inaugurados os novos prédios dos Foros de Novo Hamburgo/RS e de Alegrete/RS.



3.18. Nota 18 – Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT4 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as despesas orçamentárias vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, no Balanço Financeiro as despesas orçamentárias apresentadas correspondem a todas as despesas empenhadas pela Unidade Gestora do TRT4 (080014). O valor é superior ao total das despesas empenhadas apresentado no Balanço Orçamentário da UO 015105, pois considera também os créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias.

O Quadro 25 apresenta o resultado financeiro do TRT4 nos exercícios de 2021 e 2020:

Quadro 26 - Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2021	2020
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	1.857.166.271,84	1.866.679.138,14
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-1.857.166.271,84	-1.866.679.138,14
Transferências Financeiras Recebidas	1.839.659.965,41	1.854.095.711,31
(-) Transferências Financeiras Concedidas	81.761.943,13	70.118.797,83
Subtotal (Resultado das Transferências)	1.757.898.022,28	1.783.976.913,48
Recebimentos Extraorçamentários	124.530.969,45	98.921.219,05
(-) Despesas Extraorçamentárias	7.195.319,33	15.446.414,63
Subtotal (Resultado Extra orçamentário)	117.335.650,12	83.474.804,42
Total (Resultado Financeiro)	18.067.400,56	772.579,76
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	47.883.189,88	29.815.789,32
Saldo Caixa do Exercício Anterior	29.815.789,32	29.043.209,56
Total (Resultado Financeiro)	18.067.400,56	772.579,76

Fonte: SIAFI 2021

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extra orçamentárias foram superavitários. O resultado financeiro foi superavitário, ou seja, o ingresso de recursos no exercício de 2021 foi suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias e, ainda, permitiu uma sobra de caixa de R\$ 18.067.400,56.

3.19. Nota 19 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) oferece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

O Quadro 27 apresenta um resumo da DFC, demonstrando o resultado líquido de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 27 - Geração Líquida de Caixa

FONTE RECURSOS	2021	2020	AH	Varição absoluta
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	28.427.631,38	16.127.554,48	76,27%	12.300.076,90
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-10.360.230,82	-15.354.974,72	32,53%	4.994.743,90
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.067.400,56	772.579,76	2238,58%	17.294.820,80



Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	51.974.012,16	51.201.432,40	1,51%	772.579,76
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	70.041.412,72	51.974.012,16	34,76%	18.067.400,56

Fonte: SIAFI 2021

Em 2021, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$18.067.400,56, conforme o Quadro 27. Verifica-se que as "atividades operacionais" tiveram uma variação positiva em relação a 2020, de aproximadamente de R\$12,3 milhões. Além disso, as "atividades de investimento" tiveram em 2021 menos desembolsos, se comparados aos de 2020, gerando uma variação de 32,53%.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

Ativo Contingente é um ativo possível, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

No TRT4, o valor registrado em contas de controle, referentes a ativos contingentes, totaliza R\$ 2.376.787,38, assim distribuídos:

- R\$ 326.087,34 referem-se ao ressarcimento de valores pagos a maior a empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012;
- R\$ 1.397.639,37 referem-se a multa administrativa imposta a empresa por descumprimento de cláusula contratual, sendo o encaminhamento para inscrição em dívida ativa suspenso em razão de interposição de recurso judicial pela empresa;
- R\$ 653.060,67 referem-se a valores pagos indevidamente a ex-servidores e pensionistas (os procedimentos administrativos para reposição ao erário estão suspensos, em razão da interposição de processo judicial por parte dos ex-servidores/pensionistas).

4.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O PIPCP regulamentado pela Portaria STN nº 548/2015 estabelece os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Apresentamos abaixo a situação do PIPCP neste TRT4:



PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	X		
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica		
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			X
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			X
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			X
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			X
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			X
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica		
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica		
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			X
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica		
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			X
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			X
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			X
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico pela STN		

